

A CULTURA NO CURRÍCULO: UM RELATO DE VIVÊNCIAS COM PROFESSORES SURUI AIKEWARA

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar¹
Matania Surui²

Em concordância com Pacheco (2005) acreditamos que o currículo constrói-se na ação social, em que os modos de pensar e agir são formalizados em códigos curriculares e que as suas práticas são enquadradas por tradições. Currículo e sociedade estão interconectados pela cultura, e a dinâmica da cultura se dá no cotidiano. Isso reforça a idéia de que os currículos são criações cotidianas (OLIVEIRA, 2012). Nessa perspectiva, trazemos o tema da cultura no currículo, tomando como foco deste relato de experiências, alguns dos nossos momentos formativos com professores Surui Aikewara. Um povo indígena que habita a Terra Indígena-TI Suruí Sororó, no estado do Pará.

Para situarmos melhor esta temática consideramos, especialmente, a partir da Constituição de 1988, que o movimento em prol da consolidação de uma Educação Escolar Indígena no Brasil, diferenciada, específica, intercultural, bi-multilíngue, tem buscado a construção de propostas e ações pedagógicas que garantam o fortalecimento dos saberes indígenas na escola. Nessa perspectiva, currículos e práticas curriculares tem sido contextualizadas considerando os conhecimentos pautados nas ancestralidades indígenas. De modo que, materializar as diretrizes postas em documentos legais que amparam essas outras possibilidades de educação torna-se um grande desafio. Por isso, se faz necessário estabelecer a relação entre o conhecimento vivenciado pelo aluno e o conhecimento transmitido em sala de aula, para que não se desarticule o conhecimento escolar da vida dos alunos.

Desse modo, pensamos que não existe educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que está situada, isto é, que a educação, e, em especial, o currículo, só tem sentido se estiver de acordo com as necessidades sociais, incluindo as questões culturais, este estudo parte da elaboração de orientações pedagógicas para a escola indígena, que respeitem os aspectos identitários do povo Aikewara, considerando a Og'ete como lugar de memória e de educação deste povo, como possibilidade para o diálogo entre a Educação Formal e as práticas “tradicionalis” de ensino/aprendizagem Surui Aikewara.

¹ Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena-PPGEEI da Universidade do Estado do Pará - PA, joelmaalencar@uepa.br;

² Egressa do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena-PPGEEI da Universidade do Estado do Pará - PA; Professora da Educação Básica na Escola Sawarapy Surui, suruimatania11@gmail.com;

Na existência do povo Surui Aikewara, pode-se perceber que em relação ao seu patrimônio cultural, muitos foram os impactos sociais que fragilizaram, e até hoje, ainda abalam a preservação de seus bens culturais. Nesse contexto, a educação escolarizada está situada como mais um espaço no reconhecimento, transmissão e fortalecimento dos saberes identitários e ancestrais. O papel do professor indígena em todo esse trabalho é fundamental, não só do ponto de vista do currículo, mas, principalmente na expectativa da educação comunitária. Por isso, é importante que o professor indígena perceba a cultura no currículo como uma via de abordagem que pode oferecer subsídios para a valorização do patrimônio e do meio ambiente, no fortalecimento da identidade e da cultura indígena.

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios e possibilidades da elaboração de orientações pedagógicas para a escola indígena, que respeitasse as peculiaridades do povo, considerando a Og'ete como lugar de memória e de educação Aikewara, que possibilita o diálogo entre a Educação Formal e as práticas “tradicionais” de ensino/aprendizagem Surui Aikewara.

As atividades de formação na Og'ete foram realizadas com os professores que estão atuando em sala de aula desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano), que trabalham com os componentes do currículo escolar e, principalmente, com as professoras das disciplinas de Língua Materna Aikewara e Cultura Aikewara.

Em alguns momentos as formações aconteceram via plataforma *Google meet*, devido ao contexto que estávamos vivenciando, que foi a pandemia de covid-19. Na nossa primeira formação, trabalhamos a produção do plano de aula intercultural, que foi uma das dificuldades apresentadas pelos professores indígenas quando estes trabalham em suas aulas o conhecimento cultural de seu povo. Então, Foram realizadas oficinas culturais e formativas, em que priorizamos a participação dos anciões como professores e detentores do saber local, que tem o conhecimento tradicional do povo Aikewara, e também os alunos participaram das oficinas de cultura Aikewara.

As formações do Programa Saberes Indígenas na Escola também contribuíram na produção do material didático. Foram quatro encontros em que surgiram alguns materiais didáticos, como Cartilha de Alfabetização e Letramento na Língua Materna Aikewara e também no português, e uma Cartilha de Matemática com os conhecimentos Aikewara e alguns quebra-cabeças, jogos da memória sobre os animais, banner das vogais e alfabeto Aikewara e dominó das vogais e alfabeto na língua materna Aikewara. Cada professor escreveu uma narrativa oral do povo Aikewara que foram também apresentadas na língua materna Aikewara e no português, como uma atividade para reunir o que cada um trouxe, com objetivo de organizar uma Cartilha

de História do povo Aikewara. Os materiais didáticos produzidos envolvem a língua materna, território, organização social, crenças, comida tradicionais, pinturas corporais, rituais religiosos, artesanatos, narrativas orais e entre outros aspectos que fazem parte do cotidiano Aikewara.

As práticas pedagógicas também foram elaboradas para que estivessem adequadas aos materiais didáticos. Nos materiais destinados ao desenvolvimento linguístico, por exemplo, ao trabalhar a língua portuguesa dentro da educação escolar indígena, pode-se desenvolver na língua materna da comunidade como ensinar as pronúncias das palavras e frases na língua indígena e também a escrita, para que os conhecimentos milenários dos antepassados não se percam, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases para Educação Básica de 1996 (LDB), que assegura o uso e a valorização das línguas indígenas maternas, assim como a construção de seus currículos específicos fundamentados pelos métodos próprios de produção e expressão do conhecimento.

Este trabalho contribuiu significativamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, e contribui para a soberania das escolas indígenas do que diz respeito ao conhecimento indígena. Compreendemos que é importante se pensar em propostas pedagógicas que atendam ao contexto e a luta dos povos indígenas. De certo, as escolas indígenas ainda passam por um processo de descolonização dos currículos, historicamente impostos pelos não indígenas, que independentemente do grau de importância no processo de ensino e aprendizagem dos alunos indígenas, fere diretamente os princípios indígenas, como por exemplo a falta de reconhecimento da importância da língua materna nas propostas curriculares advindas das secretarias de educação, que na maioria das vezes ocorre sem a participação efetiva dos professores e comunidades indígenas.

A utilização do espaço escolar e da própria educação escolarizada como aliadas é algo recente, e que, principalmente, os professores indígenas que estão assumindo tal espaço, encontram-se aprendizes de como melhor utilizá-los em prol de seu povo. Em linhas gerais, as dificuldades são as mesmas em várias escolas, que estão relacionadas desde a implementação de ações da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, para a formação de professores que possam assumir esses espaços, até as dificuldades do cotidiano do trabalho do professor, com a falta de estrutura e de material didático.

Palavras-chave: Cultura, Currículo, Escola Indígena, Formação, Interculturalidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio recebido da CAPES, por meio do Programa Saberes Indígenas na Escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 out. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 mar. 2021.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **O currículo como criação cotidiana**. Petrópolis, RJ. DP et Alii; FAPERJ, 2012.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo. Cortez, 2005